

COMO O VOLUNTURISMO PODE FACILITAR A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PRINCIPAIS RESULTADOS DA ANÁLISE LEGAL EM DOZE PAÍSES



UBS Optimus Foundation



INDICADOR/PAÍS¹

Indicador/País	Resultado da Avaliação	Análise dos Achados Legais	Implementação
Indicador: Existem diretrizes de proteção infantil para a indústria de viagens e turismo			
Bolívia	Não	Na Bolívia não existe um código nacional de conduta para proteger crianças e adolescentes da exploração sexual em viagens e turismo. A autoridade reguladora é o Ministério da Cultura e do Turismo do Estado Plurinacional da Bolívia.	A Bolívia vem trabalhando para desenvolver um código nacional de conduta visando a proteção de crianças e adolescentes da exploração sexual no contexto de viagens e turismo.
Brasil	Parcialmente	Em 2019, o Brasil adotou um Código voluntário de Conduta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Os signatários recebem um selo de reconhecimento por um período de dois anos após a adoção do Código de Conduta, que pode ser utilizado pelo marketing. As empresas são obrigadas a reportar suas atividades ao Ministério do Turismo, cabendo ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos avaliar a implementação do Código de Conduta.	O Ministério do Turismo e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos são responsáveis pela divulgação do código e por desenvolver formações. A portaria que estabelece o código prevê a criação de alianças entre governo e organizações da sociedade civil com o objetivo de apoiar a implementação do código. Nenhum orçamento foi alocado para implementar o código, mas há desafios envolvendo financiamento e colaboração com órgãos estaduais de turismo. O Brasil planejava implementar eventos e conferências nacionais sobre o Código de Conduta em 2020, mas não sabemos se isso ocorreu ² .
Camboja	Não	A lei cambojana não possui diretrizes obrigatórias de proteção infantil regulamentadas pelo governo para a indústria do turismo.	No entanto, o artigo 56.º da Lei do Turismo também proíbe a entrada de menores nas instalações de entretenimento adulto, e o artigo 57 exige que os gerentes desse tipo de estabelecimento proibam e tomem medidas razoáveis para garantir que nenhum menor de idade esteja presente nas instalações.
Índia	Parcialmente	Em 2010, a Índia lançou um Código de Conduta para o Turismo Seguro e Honrado visando “contribuir com a prevenção da prostituição, turismo sexual e outras formas de exploração sexual, como assédios e molestações no turismo para proteger a segurança das pessoas, em particular das mulheres e crianças”. Os signatários se comprometem a “agir de maneira a proteger a dignidade e a liberdade contra a exploração de pessoas, especialmente mulheres e crianças, e contribuir com a prevenção de incidentes de molestações sexual, assédio aos visitantes e devem prestar assistência em caso de incidentes indesejáveis”. No entanto, o Código apenas vincula os aqueles se optam por assiná-lo.	O Código de Conduta não é um instrumento juridicamente vinculativo, mas sim um conjunto de diretrizes para a indústria do turismo ³ que oferece uma sensação de segurança aos turistas, com o objetivo secundário de proteger e promover o recebimento de turistas ⁴ . O compromisso é obrigatório para todos os prestadores de serviços que solicitem o reconhecimento ou sua renovação junto do Ministério ⁵ . Os signatários podem adotar o logotipo nos seus membros que assinam o compromisso, nomear pontos focais, sensibilizar os funcionários e exibir o Código de forma destacada em suas instalações.

Indicador/País	Resultado da Avaliação	Análise dos Achados Legais	Implementação
			<p>Várias grandes organizações são signatárias, incluindo: Associação de Operadores de Turismo de Aventura da Índia (ATOAI), Associação de Operadores de Turismo Doméstico da Índia (ADTOI), A Federação de Associações de Hotéis e Restaurantes da Índia (FHRAI), A Associação Hoteleira da Índia (HAI), Associação Indiana de Operadores Turísticos (IATO), Agência de Promoção da Convenção da Índia (ICPB), Associação de hotéis do patrimônio indiano (IHHA), Associação Indiana de Transporte Turístico (ITTA), Associação de viagens da Ásia do Pacífico (PATA)⁶.</p>
México	Sim	<p>Em 2012, o México implementou um Código de Conduta Nacional para funcionários do setor turístico. O Código fiscaliza uma série de ações do setor de turismo, com o objetivo de conscientizar, divulgar medidas preventivas e denunciar casos de tráfico de pessoas e exploração sexual ou laboral de crianças e adolescentes. No entanto, a adesão ao código é totalmente voluntária.</p>	<p>Um evento em 2017 com representantes governamentais e não governamentais resultou em um Compromisso Nacional para o Turismo Sustentável visando o Desenvolvimento, que incluiu o compromisso com as ações do Código de Conduta Nacional para a Proteção de Crianças e Adolescentes no Setor de Viagens e Turismo⁷.</p>
Peru	Sim	<p>Em 2018, o Peru implementou uma legislação (Lei nº 30.802) obrigando o monitoramento do acesso de crianças e adolescentes a hotéis e outros serviços de hospedagem. A lei é regulamentada pelo Ministério do Comércio Exterior e Turismo e pelos governos provinciais do país.</p>	<p>Além disso, o Peru tem um Código de Conduta Nacional obrigatório que lista especificamente os crimes relacionados à exploração sexual de crianças e adolescentes e exige a denúncia de qualquer atividade criminosa suspeita que ocorra no contexto de viagens e turismo⁸.</p> <p>Todos os representantes legais dos prestadores de serviços turísticos devem assinar uma declaração de adesão ao código nacional, e o não cumprimento pode resultar na revogação de licenças e em sanções penais para os indivíduos⁹.</p> <p>O Código peruano também exige que os fornecedores de hospedagens denunciem qualquer situação relacionada à exploração sexual de crianças e adolescentes e forneçam materiais informativos. Embora o Peru não tenha um procedimento específico para denunciar casos de exploração sexual infantil em viagens e turismo, o Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis elaborou um guia para identificação e denúncia¹⁰.</p>
Sri Lanka	Não	<p>A Autoridade Nacional de Proteção Infantil do Sri Lanka (NCPA) é requerida a “se engajar em diálogo com todas as seções relacionadas ao turismo com o objetivo de minimizar as chances de ocorrência do abuso infantil” [Seção 14(q)].</p>	<p>A Política de Erradicação do Trabalho Infantil do Sri Lanka (2017) indica que a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo é uma grande preocupação, e o governo do Sri Lanka indicou que foi implementado um banco de dados nacional de denúncias recebidas pela polícia relacionadas à exploração sexual¹¹.</p>

Indicador/País	Resultado da Avaliação	Análise dos Achados Legais	Implementação
		Embora a NCPA realize campanhas de conscientização para aumentar a sensibilização entre as partes interessadas (stakeholders) da indústria do turismo, não há um código nacional específico para proteção infantil voltado especificamente para a indústria do turismo.	Uma revisão da OIT de 2021 da Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (1999) apresenta referência ao trabalho dos governantes do Sri Lanka na conscientização do público e dos turistas sobre o turismo seguro para crianças e adolescentes, incluindo formações sobre proteção infantil para funcionários de hotéis. A Autoridade Nacional de Proteção Infantil realizou intervenções direcionadas relacionadas ao turismo sexual infantil em duas regiões costeiras e implementou programas de combate contra o turismo sexual infantil com funcionários dos setores de plantações, educação e saúde ¹² .
Indicador: As verificações de antecedentes criminais são requisitos rigorosos para cidadãos nacionais e estrangeiros que trabalham em contato direto com crianças e adolescentes			
Bolívia	Não	Na Bolívia, embora a verificação de antecedentes criminais não seja exigida pelos regulamentos estaduais, todos os funcionários públicos ou estaduais e funcionários de ONGs precisam comprovar que não possuem antecedentes criminais ou de violência.	Isso é regulamentado pelo Conselho da Magistratura da Bolívia como parte dos requisitos do Certificado de Registro Judicial de Antecedentes Penais (REJAP) e do Certificado de Não Violência (CENVI)
Índia	Parcialmente	<p>As ‘Regras POCSO’ da Índia (2020) afirmam que “qualquer instituição que abrigue crianças e adolescentes ou que entre em contato regular com elas, incluindo escolas, creches, academias de esportes ou qualquer outra instalação para esse público, deve garantir uma verificação policial e verificação de antecedentes periodicamente, de todos os funcionários, docentes ou não docentes, regulares ou contratuais, ou qualquer outra pessoa que seja funcionária de tal Instituição que tenha contato com a criança/adolescente”. No entanto, os voluntários não parecem estar incluídos nessa previsão.</p> <p>Não há lei ou disposição legal que proíba criminosos sexuais condenados de ocupar cargos que envolvam ou facilitem o contato com crianças.</p>	<p>De acordo com as regras do POCSO, as escolas são obrigadas a ter políticas individuais de proteção infantil que incluam verificação de antecedentes e verificação policial dos funcionários da escola; estabelecer limites claros em torno da interação equipe-público e treinar a equipe sobre a proteção infantil. No entanto, não há responsabilidade criminal se uma instituição não implementar esses requisitos¹³.</p> <p>As verificações de antecedentes e a verificação policial são limitadas em sua eficácia, pois, como em todo o mundo, muitos infratores nunca entraram em contato com o sistema judicial, portanto, agem, em grande parte, por meio da dissuasão. Há evidências de escolas que tomaram conhecimento de abuso sexual por parte de funcionários, demitindo ou transferindo o empregado sem denunciar ou divulgar as violações.</p> <p>Os pais também não se mostram dispostos a registrar queixas policiais, optando por remover seus filhos da escola¹⁴.</p>
Indonésia	Parcialmente	A lei da Indonésia não proíbe explicitamente que criminosos sexuais condenados ocupem cargos que envolvam ou facilitem o contato com crianças e adolescentes, mas contém uma disposição genérica que permite a privação do direito deles de se tornarem responsáveis legais, tutores, co-tutores, curadores ou co-curadores de crianças de adolescentes, sejam deles mesmos ou de outrem. (Artigo 35.º, n.º 4, do Código Penal).	O SKCK na prática não indica se um requerente tem antecedentes criminais, apenas confirma que o indivíduo não está atualmente envolvido em processos criminais apenas no distrito de aplicação. Não está disponível nenhuma verificação de registo criminal centralizada/nacional. Um SKCK está disponível apenas por seis meses ¹⁵ .

Indicador/País	Resultado da Avaliação	Análise dos Achados Legais	Implementação
		<p>Além disso, todas as pessoas que se candidatam a um emprego na Indonésia geralmente são obrigadas por empregadores privados e governamentais a obter um Certificado de Registro Policial (SKCK) que objetiva explicitar se alguém esteve envolvido com algum crime anteriormente. O certificado é emitido pela polícia a pedido do candidato ao emprego e, embora não seja exigido por lei, tornou-se habitual na Indonésia.</p>	
Quênia	Parcialmente	<p>A Lei de Crimes Sexuais do Quênia (Artigo 30) declara que uma pessoa que foi condenada por um crime sexual e que não mencionar tal condenação ao se candidatar a um emprego que a coloque em uma posição de autoridade ou cuidado com crianças/adolescentes ou qualquer outra pessoa vulnerável, ou ao se oferecer ou concordar em cuidar ou supervisionar crianças/adolescentes/qualquer outra pessoa vulnerável, será culpado de um crime e condenado a prisão por um período não inferior a três anos ou sujeito a uma multa não inferior a cinquenta mil xelins ou a ambos (aproximadamente US\$ 441 em janeiro de 2022).</p> <p>Além disso, o artigo 39 estabelece que o tribunal pode declarar uma pessoa que foi condenada por um crime sexual como sendo um criminoso sexual perigoso. Quando isso ocorre, uma medida pode especificar que o infrator deve abster-se de procurar emprego de determinada natureza específica.</p>	<p>É relatado que muitos empregadores exigem liberações policiais obrigatórias no mercado de trabalho queniano, no entanto, o custo e os desafios para obter os certificados podem ser difíceis. Além disso, é relatado que os departamentos governamentais estão conduzindo a política de forma que seja exigência a verificações de antecedentes antes das entrevistas¹⁶.</p> <p>Se um indivíduo for condenado por um crime, seu registro será limpo após 20 anos, mas isso não se aplica a crimes como assassinato, estupro e roubo violento¹⁷.</p>
Nepal	Não	<p>O artigo 67.º, n.º 1, da Lei da Criança, estabelece que “Se for verificado que uma pessoa que está trabalhando em qualquer organização pública ou privada cometa algum crime contra uma criança ou adolescentes, a pessoa deve ser demitida de acordo com a lei em vigor, e, com base na gravidade e natureza do delito, tal pessoa não será considerada mais apta por até dez anos para se envolver em qualquer ato que envolva contato direto com crianças/adolescentes ou possa ser indicado, nomeado ou eleito para tal instituição ou organização”</p>	<p>A maioria das organizações internacionais de voluntários que operam no Nepal não realizam verificações de antecedentes: “VolNepal, uma organização com sede em Katmandu que articula voluntários com ONGs locais, afirmou que a empresa procede com base na “confiança e fé” de que os voluntários têm a melhor das intenções ao se candidatar para trabalhar com crianças/adolescentes. Da mesma forma, o “Volunteer Nepal”, estabelecido pelo americano Michael Hess para alocar visitantes, principalmente em orfanatos e escolas nepalesas, não realiza verificações de antecedentes. “Deveríamos, mas não fazemos”, disse Hess¹⁸.</p>
Indicador: A legislação nacional estabelece condições para qualquer viagem realizada por pessoas condenadas por exploração sexual infantil.			
Índia	Sim	<p>Em 2018, o governo a Índia lançou um Banco de Dados Nacional sobre Criminosos Sexuais (NDSO), acessível às agências e órgãos responsáveis pela aplicação da lei.</p>	<p>Em janeiro de 2021, o NDSO continha mais de um milhão de nomes¹⁹.</p> <p>O NDSO mantém registros de nomes, pseudônimos, documentos de viagem e imigração, informações de emprego, licenças profissionais, informações sobre veículos, antecedentes criminais, fotografias,</p>

Indicador/País	Resultado da Avaliação	Análise dos Achados Legais	Implementação
			impressões digitais, amostras de DNA, números de carteira de identidade e identificação de eleitor ²⁰ . O NDSO é usado para realizar verificações de antecedentes para indivíduos que trabalham em escolas, faculdades, albergues e outras instituições ²¹ .
Quênia	Sim	Em 2012, o governo queniano lançou, dentro da Lei de Crimes Sexuais, o Registro de Criminosos Sexuais. Esse banco de dados contém o registro de todos os criminosos sexuais condenados, incluindo seus nomes, números de carteira de identidade, o crime cometido e a idade de sua vítima.	Qualquer pessoa com um interesse razoável em descobrir se um indivíduo está no registro pode solicitar a informação. E inclui notificação para viagens internacionais ²² .
México	Parcialmente	<p>Em 2007, o governo mexicano desenvolveu um sistema de inteligência e informações chamado “Plataforma México” que permite investigações mais eficientes por meio do compartilhamento de informações em tempo real entre várias organizações de segurança pública. Essa rede nacional armazena dados criminais e de segurança pública. O sistema é usado para casos de sequestro, extorsão, chantagem e fraude, bem como em estratégias relacionadas à prevenção de crimes, aplicação da lei, áreas de fronteira, atividades terroristas e migração.</p> <p>Em 2020, foi aprovado o projeto de lei sobre a criação de um Registro Público de Criminosos Sexuais, para a identificação de pessoas condenadas ou sentenciadas por qualquer crime sexual na Cidade do México, bem como outras entidades no México ou no exterior com as quais seja estabelecido um acordo.</p> <p>Qualquer pessoa condenada por feminicídio, tráfico de pessoas, estupro ou turismo sexual ficará cadastrada no banco de dados por um período de 10 a 30 anos, dependendo da gravidade do crime.</p>	
Peru	Parcialmente	<p>O Peru mantém um Cadastro Único de Vítimas e Agressores (RIVA), que é um mecanismo do sistema nacional de prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher e membros do grupo familiar.</p> <p>Em 2018, o Peru legislou sobre a criação de um registro de criminosos sexuais, mas ele não estava operacional no momento em que essa pesquisa foi realizada.</p>	

Indicador/País	Resultado da Avaliação	Análise dos Achados Legais	Implementação
Sri Lanka	Parcialmente	A Divisão de Crimes da Polícia do Sri Lanka tem a prerrogativa de manter um registro geral de casos relacionados a Criminosos Re-condenados (RC) e Criminosos Re-condenados Insulares (IRC). Nesse registro, também são gravadas informações relacionadas a crianças e adolescentes.	<p>Em janeiro de 2021, o Ministro da Segurança Pública do Sri Lanka anunciou a sua intenção de tornar públicos os criminosos por abuso infantil, estupro e agressão, na tentativa de dissuadir potenciais infratores. Também foi anunciado que além de enfrentar as consequências legais, os infratores terão suas fotografias e dados pessoais divulgados ao público. Se isso for efetivado - entretanto com um senso mais nítido de estrutura, escrutínio e com o objetivo de proteger potenciais vítimas e comunidades, em vez de envergonhar os infratores - constituiria efetivamente um sistema semelhante a um registro de criminosos sexuais, ou SOR, uma lista de criminosos sexuais condenados dentro de um estado²³.</p> <p>O Sri Lanka não tem registro separado para infratores que cometeram crimes sexuais contra crianças e adolescentes, incluindo abuso infantil e crimes relacionados à pornografia infantil, e todos os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes estão incluídos em um registro comum que é mantido sob a Portaria de Prevenção de Crimes, No. 2 de 1926²⁴.</p>
Tailândia	Parcialmente	Embora os dados sobre os criminosos sejam coletados na Tailândia, eles não são desagregados por tipologia de crimes cometidos.	
Uganda	Não	As leis da Uganda não preveem o estabelecimento de um registro de criminosos sexuais. No entanto, o Artigo 24 da Lei Anti-Pornografia prevê o estabelecimento de um registro de criminosos condenados por pornografia.	<p>O Projeto de Lei de Crimes Sexuais de 2019 inclui a introdução de um registro de criminosos sexuais. O projeto de lei afirma que “uma pessoa que tenha sido condenada por um delito sob essa lei deve divulgar tal condenação quando se candidatar a um emprego que a coloque em uma posição de autoridade ou cuidado de crianças, adolescentes ou qualquer outra pessoa vulnerável ou quando se oferecer ou concordar em cuidar ou supervisionar crianças, adolescentes ou qualquer outra pessoa vulnerável”²⁵.</p> <p>“O cadastro será vinculado ao sistema Nira e as informações serão compartilhadas em até 10 dias após a condenação dos infratores. Uma pessoa condenada por um delito nos termos desta Lei terá seus dados computados no registro.”²⁶</p>

Indicador: Regular e monitorar o uso de voluntários (inclusive em ‘volunturismo’) em ambientes e atividades que envolvam contato direto com crianças e adolescentes, principalmente proibindo visitas a orfanatos/ambientes de cuidados residenciais em favor do redirecionamento da indústria para soluções que apoiem ações de base comunitária

Indicador/País	Resultado da Avaliação	Análise dos Achados Legais	Implementação
Peru	Parcialmente	A Lei Geral do Voluntariado (2004) impede que pessoas com antecedentes criminais, policiais ou judiciais se voluntariem tendo crimes cometidos contra a liberdade sexual, tráfico ilícito de drogas, terrorismo, crimes contra o patrimônio, lesões graves e exposição de pessoas a perigo ou sequestro. A lei se aplica a nacionais e estrangeiros.	

ENDNOTES

- Para mais informações sobre os indicadores, leia: ECPAT Internacional. (sem data). [Progresso global em torno da erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes.](#)
- ECPAT Internacional e Grupo de Ação Regional das Américas para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes em viagens e turismo (GARA). (2021, agosto). [Uma Visão Geral: Códigos de Conduta para a Proteção de Crianças e Adolescentes na Indústria de Viagens e Turismo nas Américas.](#)
- ONU Mulheres. (2010). [Turismo seguro e honrado.](#)
- Veja em: [Código de Conduta para um Turismo Seguro e Honrado.](#) (2010).
- ECPAT Internacional. (2018, junho). Avançando com práticas comerciais responsáveis para a proteção de crianças e adolescentes na Índia. O Relatório da Conferência. Nova Deli, Índia
- UNODC. (2010). [Índia: Uma promessa e um compromisso para um turismo seguro e honrado.](#)
- OECD (2018), “Mexico”, em [Tendências e Políticas para o Turismo da OECD para 2018.](#) OECD Publishing, Paris.
- ECPAT Internacional e Grupo de Ação Regional das Américas para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes em viagens e turismo (GARA). (2021, agosto). [Uma Visão Geral: Códigos de Conduta para a Proteção de Crianças e Adolescentes na Indústria de Viagens e Turismo nas Américas.](#)
- Foi aprovada a Declaração de Subscrição Obrigatória do Código de Conduta Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em contexto de Viagens e Turismo. Resolução Ministerial nº 430-2018-MINCETUR (2018) e seu Anexo II.
- CHS Alternativo. (2020). [Guía de detección y derivación de víctimas de ESNNA](#)
- Saiba mais em: [Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999 \(Nº 182\)- Sri Lanka \(Ratificação: 2001\): Solicitação Direta \(CEACR\)- adotada em 2020, publicada 109ª sessão da CIT \(2021\).](#)
- Ibid
- Mantri, G., & U, S. (2021, 24 de junho). [POCSO diz que o abuso sexual infantil deve ser denunciado obrigatoriamente: Porque isso é uma faca de dois gumes.](#) The News Minute.
- Ibid
- Indonesia Law Blog. (2015). [Atualização: Guia para verificações de antecedentes na Indonésia.](#)
- Gumbihi, H. (2018, 28 de abril). [Por que o certificado de boa conduta é um bilhete para o desemprego.](#) Revista Standard Entertainment and Lifestyle.
- Ibid
- O Novo Humanitário. (2011, 26 de outubro). [Protegendo crianças de agressores-voluntários.](#)
- The Economic Times. (2021). [Registro de criminosos sexuais vê números ultrapassarem 1 milhão.](#)
- Ibid
- Escritório Nacional de Registros Criminais. (2020). [Compêndio CCTNS/ICJS-Boas Práticas e Histórias de Sucesso.](#)
- SMART. (2014). [Visão global dos sistemas de registro e notificação de criminosos sexuais.](#)
- Saleem, I. (2021, 23 de janeiro). [O Sri Lanka deve ter um registro de criminosos sexuais?](#)
- The Morning- Notícias do Sri Lanka. (2021, 14 de Agosto). [Abuso infantil no Sri Lanka: sem registro separado de agressores sexuais.](#) The Morning- Sri Lanka News
- República do Uganda. (2019). [O projeto de lei de crimes sexuais 2019.](#) Projeto de lei pendente de aprovação.
- Daily Monitor. (2021, 5 de Maio). [Penas severas para criminosos sexuais enquanto Uganda se move para criar um diretório.](#)